



# TOLEDOPREV

## FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TOLEDO FAPES

### ATA Nº 024/2026 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

#### ATA Nº 024/2026 REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos treze dias do mês de agosto de 2026, às nove horas, na Sala de Reuniões da Secretaria da Fazenda, localizada no Paço Municipal Alcides Donin, Rua Raimundo Leonardi, nº 1.586, Centro, Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo – FAPES/TOLEDOPREV, nomeados pela Portaria nº 113, de 3 de fevereiro de 2025, para a 15ª Reunião Ordinária do exercício de 2026. Estiveram presentes os membros: Jaldir Anholetto, Presidente do Conselho Fiscal; Leandro Marcelo Ludvig, Presidente do Conselho de Administração; Roseli Fabris Dalla Costa, Diretora-Executiva do TOLEDOPREV; Rosângela de Farias Cordeiro, responsável pela Contabilidade; e Tatiane Mendes Berto da Silva, Representante dos Segurados. A pauta da reunião incluiu os seguintes assuntos: **1) Análise do cenário macroeconômico e de seus reflexos sobre os mercados e a Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV; 2) Apresentação e deliberação da Carteira de Investimentos, com posição em 31 de julho de 2026; 3) Análise da performance dos investimentos; 4) Acompanhamento do Relatório de Risco e Correlação; 5) Avaliação da execução orçamentária e análise do fluxo de caixa referente ao mês de julho de 2026; 6) Deliberação sobre movimentações de aplicações e resgates de recursos; 7) Emissão de parecer referente à Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, com posição em julho de 2026; e 8) Análise e deliberação sobre a minuta do Edital de Credenciamento nº 001/2026.** A Diretora-Executiva do TOLEDOPREV, Roseli, deu início à reunião agradecendo a presença de todos e, na sequência, passou-se à análise dos itens da pauta. **1) Análise do cenário macroeconômico e de seus reflexos sobre os mercados e a Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV:** O Comitê analisou o Relatório Macroeconômico referente a agosto de 2026, elaborado pela i9 Advisory, com ênfase nos fatos econômicos que influenciaram o comportamento dos mercados e dos principais índices financeiros no mês de julho. No cenário internacional, a redução das pressões inflacionárias de curto prazo nos Estados Unidos, acompanhada da manutenção da taxa de juros pelo Federal Reserve no intervalo de 3,50% a 3,75% ao ano, ocorreu em ambiente de atividade econômica ainda resiliente, sustentada pelo consumo e pelos investimentos relacionados à inteligência artificial, embora o mercado de trabalho tenha apresentado sinais de moderação. Na Área do Euro, o crescimento superior ao esperado e a aceleração moderada da inflação, influenciada pelos preços da energia, levaram o Banco Central Europeu a manter a taxa de depósitos em 2,25%, com postura cautelosa e vigilante. Na China, permaneceu a divergência entre o desempenho favorável da indústria de alta tecnologia e das exportações e a fragilidade do consumo doméstico e do setor imobiliário. No Brasil, os indicadores apontaram moderação gradual da atividade econômica, sem desaceleração abrupta, enquanto o mercado de trabalho permaneceu aquecido, com taxa de desemprego de 5,4% e geração líquida de 145,2 mil empregos formais em junho. O IPCA de julho apresentou variação de 0,07%, reduzindo a inflação acumulada em doze meses para 4,44%, resultado que, associado à perda gradual de dinamismo da atividade, contribuiu para a redução da taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,00% ao ano, na reunião do Comitê de Política Monetária realizada em agosto. Apesar da melhora da inflação corrente, permaneceram os riscos relacionados à inflação de serviços, à desancoragem das expectativas, às condições climáticas e à expansão fiscal, tendo a dívida bruta alcançado 81,9% do Produto Interno Bruto em junho. Esse conjunto de fatores repercutiu de forma distinta sobre os mercados no mês de julho: a manutenção dos juros em patamar

elevado favoreceu os índices de renda fixa de menor volatilidade, com rentabilidade de 1,22% para o CDI e de 1,23% para o IMA-S; a melhora da inflação corrente e das expectativas relacionadas à política monetária contribuiu para os resultados positivos de 0,97% do IMA-B e de 0,85% do IRF-M; e o ambiente mais favorável aos ativos domésticos impulsionou o Ibovespa, que avançou 3,47%. Em sentido contrário, a apreciação do real, com o dólar encerrando julho cotado a R\$ 5,07 e acumulando variação negativa de 1,92% no mês, reduziu o retorno, em moeda nacional, dos investimentos no exterior. Os índices internacionais convertidos em reais apresentaram quedas de 1,46% no MSCI World, de 2,04% no S&P 500 e de 5,06% no Nasdaq. Considerando a composição da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, o Comitê avaliou que o cenário indicava contribuição potencialmente positiva das estratégias vinculadas ao CDI, dos títulos públicos, dos fundos de renda fixa e das posições em renda variável doméstica, ao mesmo tempo que sinalizava possível impacto desfavorável sobre os investimentos no exterior, especialmente aqueles expostos à variação cambial e aos ativos de tecnologia. O Comitê ressaltou a necessidade de acompanhamento contínuo da inflação, da trajetória dos juros, da situação fiscal, da dinâmica cambial, dos conflitos geopolíticos e das decisões dos principais bancos centrais, com vistas à preservação da segurança, da liquidez, da rentabilidade e da aderência dos investimentos à Política de Investimentos do TOLEDOPREV.

**2) Apresentação e deliberação da Carteira de Investimentos, com posição em 31 de julho de 2026:** Na sequência, foi apresentado o Relatório de Posição de Ativos e Enquadramento da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, elaborado pela i9 Advisory, com data-base de 31 de julho de 2026. Conforme o relatório, a carteira de investimentos alcançou o montante de R\$ 878.942.204,07, distribuído entre os segmentos de renda fixa, com 84,89%; renda variável, com 4,73%; investimentos no exterior, com 2,07%; e investimentos estruturados, com 8,32%. Consideradas as disponibilidades financeiras, no valor de R\$ 376.458,13, o patrimônio consolidado totalizou R\$ 879.318.662,20. Quanto ao enquadramento por dispositivo da Resolução CMN nº 5.272/2025, verificou-se a alocação de 37,77% dos recursos no art. 7º, inciso I; 27,51% em títulos públicos do Tesouro Nacional, enquadrados no art. 7º, inciso III; 19,60% no art. 7º, inciso V; 1,20% no art. 8º, inciso I; 3,53% no art. 8º, inciso III; 1,40% no art. 9º, inciso II; 0,66% no art. 9º, inciso III; e 8,32% no art. 10, inciso I. Os percentuais permaneceram dentro dos limites quantitativos estabelecidos na Política de Investimentos e dos limites legais aplicáveis. Na distribuição por estratégia, observou-se concentração de 49,56% dos recursos em ativos vinculados ao CDI e de 27,89% em títulos públicos indexados ao IPCA, seguidos pelas estratégias relacionadas ao IMA-B 5, com 5,53%; S&P 500 em dólar, com 5,51%; Global BDRX, com 3,58%; IRF-M 1, com 3,07%; MSCI ACWI em reais, com 2,10%; Ibovespa, com 1,71%; e outras estratégias, com 1,05%. A distribuição por gestor demonstrou concentração de 57,10% dos recursos sob gestão da Caixa DTVM, seguida de 27,51% alocados diretamente em títulos públicos do Tesouro Nacional, 6,50% sob gestão do Itaú, 5,35% do Banco do Brasil, 2,88% da Rio Bravo e 0,66% da XP. A análise de liquidez demonstrou que 68,81% dos recursos, equivalentes a R\$ 604.837.348,16, possuíam liquidez de até trinta dias; 2,15%, correspondentes a R\$ 18.909.090,50, apresentavam liquidez entre 31 e 365 dias; e 29,03%, equivalentes a R\$ 255.195.765,41, estavam alocados em ativos com prazo superior a 365 dias. Os percentuais acumulados de liquidez permaneceram superiores aos limites mínimos estabelecidos na Política de Investimentos, evidenciando capacidade suficiente para o atendimento das obrigações previdenciárias e financeiras do RPPS. O Comitê registrou, contudo, as ressalvas constantes das observações do relatório. Conforme consulta ao perfil mensal disponibilizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, foram identificados fundos nos quais a participação de cotistas classificados como RPPS não atendia às condições previstas no § 2º do art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/2025, envolvendo os fundos Caixa Brasil Matriz Renda Fixa, Caixa Institucional BDR Nível I, FIA Caixa Consumo, Caixa Small Caps Ativo, Caixa Expert Vinci Valor Dividendos RPPS, Rio Bravo Proteção Portfólio, Caixa Indexa Bolsa Americana e Rio Bravo Proteção Dinâmico. Registrou-se, ainda, que as aplicações enquadradas no art. 8º, inciso III, e no art. 9º, incisos II e III, são permitidas somente aos RPPS que possuam, no mínimo, o Nível III de aderência ao Pró-Gestão RPPS. Considerando que essas situações decorreram da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, aplica-se o tratamento previsto em seu art. 27, segundo o qual os desenquadramentos passivos não são considerados inobservância aos limites e requisitos da norma pelo

prazo de até dois anos ou até o vencimento do ativo, permanecendo vedadas novas aplicações nos ativos ou segmentos em desconformidade durante o período de transição. Após os esclarecimentos e a análise das informações, o Comitê deliberou pela aprovação do Relatório da Carteira de Investimentos, com posição em 31 de julho de 2026, quanto à composição, ao enquadramento e à liquidez, determinando a continuidade do acompanhamento dos desenquadramentos passivos, da concentração por gestor e estratégia e das providências necessárias ao reenquadramento da carteira.

**3) Análise da performance dos investimentos:** Prosseguindo, o Comitê analisou a performance da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, com data-base de 31 de julho de 2026, verificando que, no mês, a rentabilidade consolidada alcançou 0,80%, ante 0,51% da meta atuarial, correspondente ao INPC acrescido de 5,81% ao ano, resultando em desempenho superior de 0,30 ponto percentual e resultado financeiro positivo de R\$ 7.014.121,23. No acumulado do exercício, a carteira apresentou rentabilidade de 7,61%, comparativamente à meta atuarial de 6,92%, superando-a em 0,69 ponto percentual, com resultado financeiro acumulado de R\$ 61.422.319,60. Na análise por segmento, a renda fixa, que representa a maior parcela da carteira, registrou rentabilidade de 1,04% no mês e foi a principal responsável pelo resultado positivo, destacando-se os fundos enquadrados no art. 7º, incisos I e V, ambos com retorno de 1,22%, e os títulos públicos do art. 7º, inciso III, com 0,65%. Os investimentos estruturados apresentaram rentabilidade positiva de 0,70%. Em contrapartida, a renda variável registrou resultado negativo de 1,84%. Os fundos enquadrados no art. 8º, inciso I, apresentaram retorno conjunto de -1,18%, apesar da valorização do Ibovespa, demonstrando que as estratégias específicas integrantes da carteira não acompanharam uniformemente o índice de mercado. Nesse segmento, o Caixa Expert Vinci Valor Dividendos RPPS apresentou retorno positivo de 1,71%, enquanto o Caixa Small Caps Ativo, o FIA Caixa Consumo e o FIA Caixa Construção Civil registraram resultados negativos de 3,09%, 2,91% e 10,93%, respectivamente. O fundo Caixa Institucional BDR Nível I apresentou rentabilidade de -2,07%. Os investimentos no exterior também foram negativamente afetados pela apreciação do real e pelo comportamento dos mercados internacionais, registrando retorno conjunto de -2,38%. O BB Multimercado Global Select Equity apresentou rentabilidade de -0,43%, enquanto o MS Global Opportunities Advisory FIF Investimento no Exterior registrou queda de 6,26%, resultado compatível com sua maior exposição a empresas internacionais de crescimento e tecnologia. Nos diferentes horizontes temporais, a carteira permaneceu acima da meta atuarial nos períodos de três meses, com rentabilidade de 3,27%, ante a meta de 2,24%; seis meses, com 6,36%, frente a 6,00%; doze meses, com 14,36%, comparativamente a 9,84%; 24 meses, com 28,18%, ante 21,24%; 36 meses, com 42,16%, frente a 32,32%; e 48 meses, com 60,46%, comparativamente a 43,66%. Permaneceram, entretanto, resultados inferiores à meta nos horizontes mais longos: em sessenta meses, a carteira acumulou rentabilidade de 63,02%, ante a meta de 66,27%, apresentando diferença negativa de 3,26 pontos percentuais; e, desde 31 de dezembro de 2019, registrou retorno acumulado de 73,83%, enquanto a meta atingiu 100,89%, permanecendo defasagem de 27,06 pontos percentuais. Registrou-se que a carteira superou a meta atuarial em 39 meses, equivalentes a 49,37% do histórico apurado, e permaneceu abaixo da meta em quarenta meses, correspondentes a 50,63% do período analisado. O Comitê concluiu que os resultados recentes demonstram recuperação e desempenho favorável nos horizontes de até 48 meses, com superação da meta atuarial no mês de julho e no acumulado de 2026, embora ainda permaneça defasagem nos períodos históricos mais longos, ressaltando a necessidade de acompanhamento do desempenho individualizado das estratégias, especialmente dos fundos de renda variável e dos investimentos no exterior.

**4) Acompanhamento do Relatório de Risco e Correlação:** O Comitê analisou o Relatório de Risco e a Matriz de Correlação da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, elaborados pela i9 Advisory, com data-base de 31 de julho de 2026. Considerando o horizonte de 21 dias e o nível de confiança de 95%, o Value-at-Risk – VaR da carteira consolidada foi estimado em R\$ 7.422.226,48, equivalente a 0,84% do patrimônio de R\$ 878.942.204,07, com volatilidade anualizada de 1,64%. Na análise por segmento, foram apurados VaR de 0,26% para os ativos enquadrados no art. 7º, frente ao limite de 5,00% estabelecido na Política de Investimentos; 6,29% para o art. 8º; 6,99% para o art. 9º; e 4,80% para o art. 10, todos inferiores ao limite de 20,00% aplicável aos respectivos segmentos. A renda fixa apresentou volatilidade anualizada de

0,52%, contribuindo para a manutenção do risco consolidado em nível reduzido. A renda variável e os investimentos no exterior registraram as maiores volatilidades, de 15,50% e 17,19%, respectivamente, compatíveis com as características dessas classes. Entre as posições individualizadas, destacaram-se os indicadores de risco do FIA Caixa Construção Civil, com volatilidade de 30,80% e VaR de 15,61%; do Caixa Small Caps Ativo, com volatilidade de 23,05% e VaR de 11,09%; do MS Global Opportunities Advisory FIF Investimento no Exterior, com volatilidade de 20,94% e VaR de 10,71%; e do FIA Caixa Consumo, com volatilidade de 23,06% e VaR de 10,71%. Apesar dos indicadores mais elevados, esses ativos representam parcelas reduzidas do patrimônio, limitando sua contribuição para o risco consolidado. Na Matriz de Correlação, calculada com base nos retornos diários dos últimos seis meses, verificou-se correlação positiva elevada entre as NTN-B de diferentes vencimentos, com coeficientes situados, em sua maioria, entre 0,93 e 1,00, evidenciando exposição comum aos fatores relacionados à inflação e às taxas de juros reais. Também foram observadas correlações elevadas entre fundos de renda variável e seus respectivos índices, incluindo a correlação de 0,99 do Caixa Institucional BDR Nível I com o Global BDRX e do Caixa Indexa Bolsa Americana com o S&P 500 em dólar. Em contrapartida, foram verificadas correlações baixas ou negativas entre as NTN-B e parte dos fundos de renda variável, dos investimentos no exterior e dos investimentos estruturados, demonstrando benefícios de diversificação entre as classes de ativos, embora permaneça concentração interna em estratégias sujeitas aos mesmos fatores de risco. Após a análise, o Comitê tomou ciência dos indicadores e registrou que o risco consolidado da carteira permanece compatível com os limites da Política de Investimentos, ressaltando a necessidade de acompanhamento contínuo do VaR, da volatilidade, das correlações e da concentração por fatores de risco.

**5) Avaliação da execução orçamentária e análise do fluxo de caixa referente ao mês de julho de 2026:** Na sequência, foram apresentados os dados da execução orçamentária acumulada até julho de 2026 e do fluxo de caixa correspondente ao mês. No período de janeiro a julho, a arrecadação totalizou R\$ 105.392.951,16, equivalente a 41,34% da receita anual prevista, fixada em R\$ 254.951.390,69. Desse montante, R\$ 19.697.198,03 corresponderam às contribuições dos servidores; R\$ 27.840.014,36 às contribuições patronais; R\$ 45.045.964,52 aos aportes periódicos destinados à amortização do déficit atuarial; R\$ 7.013.859,99 à receita patrimonial; e R\$ 5.795.914,26 às demais receitas correntes. A despesa empenhada alcançou R\$ 75.295.856,59, correspondente a 29,52% do orçamento autorizado, no valor de R\$ 255.051.390,69. Do total empenhado, R\$ 75.024.239,96 referiram-se ao pagamento de aposentadorias e pensões; R\$ 212.961,96 às despesas com compensação previdenciária; e R\$ 58.654,67 às despesas administrativas da Unidade Gestora. Quanto ao fluxo de caixa de julho, os ingressos totalizaram R\$ 18.660.670,38, com destaque para as receitas de contribuições, no valor de R\$ 8.037.597,26, e para as receitas originárias, que alcançaram R\$ 7.799.529,52. Os desembolsos somaram R\$ 17.225.294,30, dos quais R\$ 14.368.931,54 corresponderam às despesas com pessoal e às demais despesas correntes vinculadas à função Previdência Social. A geração líquida de caixa do mês foi positiva em R\$ 1.435.376,08, elevando o saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 823.474.826,54, em 30 de junho de 2026, para R\$ 824.910.202,62, em 31 de julho de 2026. Registrou-se, ainda, que, a partir de janeiro de 2026, os rendimentos das aplicações financeiras passaram a ser contabilizados em conformidade com a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 e com a Nota Técnica nº 35/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo os rendimentos dos fundos marcados a mercado registrados na Demonstração das Variações Patrimoniais. Em razão dessa alteração de critério contábil, os valores apresentados a partir de 2026 não são integralmente comparáveis aos registrados nos exercícios anteriores. O Comitê ressaltou que os valores constantes da execução orçamentária, do fluxo de caixa e do relatório da carteira possuem bases e finalidades contábeis distintas, não devendo ser comparados diretamente. Diante dos resultados, constatou-se que a arrecadação, a execução orçamentária e o fluxo financeiro permaneceram compatíveis com as obrigações previdenciárias do período, mantendo-se adequada capacidade de caixa para o pagamento dos benefícios e para a gestão dos recursos do RPPS.

**6) Deliberação sobre movimentações de aplicações e resgates de recursos:** O Comitê analisou e convalidou as movimentações realizadas nos meses de julho e agosto de 2026 que ainda não haviam sido registradas em atas anteriores. Registrou-se que foi mantida a estratégia de

direcionamento dos recursos para o fundo Caixa Brasil Títulos Públicos FIF Renda Fixa Longo Prazo – Responsabilidade Limitada (CNPJ nº 05.164.356/0001-84). Roseli destacou que as decisões permaneceram alinhadas à estratégia de otimização das alocações, com foco na aderência à meta atuarial, sem elevação do nível de risco da carteira. Consignou-se que os recursos ingressados no período, especialmente os provenientes das contribuições dos servidores, das contribuições patronais e da compensação previdenciária, continuaram sendo alocados no referido fundo, em razão de seu perfil conservador, de sua compatibilidade com as necessidades de liquidez do RPPS e de sua aderência à estratégia de alocação de curto prazo adotada pelo Comitê. Após a análise, o Comitê ratificou e aprovou as aplicações realizadas no fundo, no valor total de R\$ 8.860.136,60, conforme discriminado a seguir: **na conta nº 575215351-0: a)** aplicação no valor de R\$ 7.838.934,46, referente aos recursos provenientes das contribuições dos servidores e patronais, competência julho de 2026; e **b)** aplicação no valor de R\$ 1.149,13, referente à contribuição de servidor cedido; **na conta nº 575215353-7: c)** aplicação no valor de R\$ 415,31, proveniente de compensação previdenciária; e **d)** aplicação no valor de R\$ 1.019.637,70, igualmente proveniente de compensação previdenciária. Em continuidade à deliberação registrada na Ata nº 004/2026, referente à reunião ordinária realizada em 11 de fevereiro de 2026, e às avaliações subsequentes promovidas pelo Comitê, foi reexaminada a conveniência de manutenção dos recursos aplicados no fundo MS Global Opportunities Advisory FIF Investimento no Exterior. Registrou-se que, desde a aprovação da estratégia de desinvestimento, vêm sendo acompanhados o desempenho do fundo e as condições do mercado internacional, com o objetivo de identificar o momento mais adequado para a execução do resgate. Embora permaneça válida a decisão de desinvestir, o Comitê considerou que o cenário ainda não se mostrava favorável à sua execução, diante da desvalorização acumulada das cotas no exercício de 2026, da volatilidade dos mercados internacionais, da manutenção dos juros em patamares elevados nas principais economias e das oscilações dos ativos de tecnologia e de renda variável no exterior. Após a análise, o Comitê deliberou pela manutenção temporária da aplicação, preservando a estratégia de desinvestimento para momento mais oportuno, preferencialmente após a recuperação da cota em relação ao patamar observado no início do exercício. A execução do resgate deverá considerar o interesse previdenciário do RPPS, as condições do mercado internacional, os prazos de cotização e liquidação e as disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, permanecendo vedadas novas aplicações no segmento enquanto perdurar o desenquadramento passivo decorrente da entrada em vigor da norma. **7) Emissão de parecer referente à Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, com posição em julho de 2026:** Após a avaliação dos indicadores de composição, enquadramento, liquidez, rentabilidade, risco e aderência às diretrizes legais e internas, o Comitê de Investimentos deliberou, por unanimidade, pela emissão do Parecer nº 013/2026, por meio do qual se manifesta favoravelmente à aprovação da Carteira de Investimentos do TOLEDOPREV, com posição em 31 de julho de 2026, quanto à sua conformidade e ao desempenho apresentado no período, ressalvadas as situações de desenquadramento passivo registradas no Relatório Mensal de Investimentos e submetidas ao tratamento previsto no art. 27 da Resolução CMN nº 5.272/2025. O referido parecer, acompanhado do Relatório Mensal de Investimentos, será encaminhado ao Conselho Fiscal para apreciação e deliberação. **8) Análise e deliberação sobre a minuta do Edital de Credenciamento nº 001/2026:** A minuta do Edital de Credenciamento nº 001/2026 foi encaminhada previamente aos membros do Comitê de Investimentos para análise e apresentação de eventuais considerações. Durante a reunião, a Diretora-Executiva apresentou o documento e destacou as principais alterações em relação ao Edital de Credenciamento nº 001/2022, especialmente a atualização da fundamentação normativa, a ampliação das modalidades de credenciamento, a separação entre o credenciamento das instituições e a análise dos fundos, ativos e produtos financeiros, a definição das responsabilidades e do fluxo do procedimento, o monitoramento das instituições credenciadas e a disciplina aplicável às operações diretas com títulos públicos federais. A Diretora-Executiva informou, ainda, que a minuta também havia sido previamente encaminhada à Comissão Permanente de Credenciamento para análise e apresentação de eventuais sugestões. Não foram apresentadas pelos membros do Comitê propostas de alteração ao texto submetido à apreciação. Após a análise e os esclarecimentos prestados, o Comitê de Investimentos aprovou, por unanimidade, a

minuta do Edital de Credenciamento nº 001/2026, deliberando por seu encaminhamento ao Conselho de Administração do TOLEDOPREV para análise e deliberação. Não havendo mais itens a serem apresentados ou deliberados, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que, juntamente com os documentos que subsidiaram as análises e deliberações, será arquivada no Processo SEI nº 01.06.032264/2026-91 e segue devidamente assinada pelos membros presentes.

**Jaldir Anholetto - Presidente do Conselho Fiscal**

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) v. 06/03/2027

**Leandro Marcelo Ludvig - Presidente do Conselho de Administração**

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 19/12/2027

**Roseli Fabris Dalla Costa - Diretora Executiva do TOLEDOPREV**

Certificação Profissional TOTUM: Avançado (CP RPPS CGINV III) – v. 08/11/2026

**Tatiane Mendes Berto da Silva - Representante dos Segurados**

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 19/12/2027

**Rosângela de Farias Cordeiro - Resp. pela Contabilidade - Contadora**

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CGINV I) – v. 07/01/2029



Documento assinado eletronicamente por **Roseli Fabris Dalla Costa, Diretor(a) Executivo(a) do ToledoPrev**, em 13/08/2026, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Mendes Berto da Silva, Membro do Comitê de Investimentos**, em 13/08/2026, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Marcelo Ludvig, Presidente do Conselho de Administração**, em 13/08/2026, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Farias Cordeiro, Membro do Comitê de Investimentos**, em 14/08/2026, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jaldir Anholetto, Presidente do Conselho Fiscal**, em 17/08/2026, às 07:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.toledo.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.toledo.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0228132** e o código CRC **0BF39399**.

Rua Raimundo Leonardi, 1586 Toledo - PR, CEP 85900-110, 45 3196-2081  
toledoprev@toledo.pr.gov.br - <https://toledoprev.toledo.pr.gov.br/>